

# A DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO EM PRESIDENTE PRUDENTE/SP - BRASIL<sup>1</sup>

Maria Terezinha Serafim Gomes<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa de mestrado, a qual tem como objetivo verificar como o mercado de trabalho está estruturado e como suas transformações e o desemprego manifestam-se numa cidade média e verificar a mobilidade territorial da força de trabalho das cidades circunvizinhas em direção a Presidente Prudente-SP, deste modo compreender o papel da falta de trabalho na mobilidade das pessoas.

Na primeira etapa, realizamos visitas a órgãos públicos e privados, onde coletamos dados sobre emprego, desemprego e atividade econômica. Na segunda etapa, aplicamos questionários em algumas empresas industriais para verificarmos como o mercado de trabalho está estruturado neste setor, e também junto a trabalhadores das cidades vizinhas que se deslocam para trabalhar em Presidente Prudente, para verificar a mobilidade territorial da força-de-trabalho.

Pretendemos aqui apresentar alguns resultados parciais da pesquisa.

### As Mudanças Globais e suas Repercussões no Mundo do Trabalho

A questão da estrutura do mercado de trabalho, suas mudanças e suas conseqüências, como por exemplo, o desemprego, vem sendo discutida por diversos autores e pesquisadores (cientistas sociais, economistas) neste final de século XX. Dentre eles podemos destacar Troyano (1991), Baltar (1996), Mattoso (1995 e 1999), Montagner e Brandão (1996), Cacciamali (1997), Singer (1998), Antunes (1998 e 1999) e Pochmann (1999). Esta temática também vem ganhando espaço em estudos acadêmicos, governamentais, partidos políticos e ONGs.

Ultimamente (sobretudo nas décadas de 80 e 90), as mudanças estruturais, tecnológicas, produtivas e organizacionais, em meio ao colapso da velha ordem econômica mundial têm-se refletido no mundo do trabalho. Essas mudanças são chamadas por muitos estudiosos de “*Terceira Revolução Industrial*”, que consiste na reestruturação produtiva. De um lado, temos o aumento do progresso técnico, a adoção de novas tecnologias, visando o aumento de produtividade e da competitividade e, do outro lado, transformações na estrutura ocupacional, caracterizadas pela diminuição do emprego industrial, pelo aumento do setor de serviços e a constituição de um mercado de trabalho cada vez mais competitivo e seletivo.

As transformações na estrutura do capitalismo provocaram uma maior instabilidade econômica, a ampliação das inseguranças do mercado de trabalho (Mattoso,1995) e a hegemonia do capital financeiro sob o produtivo industrial.

Diante da crise do capitalismo contemporâneo, a reestruturação produtiva surge como forma de resposta. As mudanças se dão não só na organização de produção e do trabalho, mas também na oferta de empregos. Pochmann (1999) destaca algumas dessas mudanças:

*“redução do emprego direto na produção e maior subcontratação de trabalhadores; alteração da organização da produção (just in time, lay out, logística, redução do tamanho da planta, terceirização e parcerias com fornecedores), que implica na redução do emprego no controle de qualidade, na manutenção, na administração e controle de estoques, entre outras; alteração da organização interna do trabalho, há redução de hierarquia, trabalho em ilhas, trabalho mais qualificado nas atividades secundárias, que implica na redução do emprego nos segmentos administrativos e de supervisão e maior treinamento dos empregados, eventual estabilidade e alteração na jornada de trabalho, informatização do trabalho nos postos secundários e a redução do emprego regular nas atividades secundárias (segurança, alimentação, transporte, limpeza, entre outros)”, (p.35 e 36).*

Essas mudanças que acabamos de salientar, de acordo com Pochmann (1999), estão voltadas para a busca de produtividade, de competitividade e à redução do emprego. Neste contexto, tem-se novas

---

<sup>1</sup> Projeto de pesquisa em andamento para obtenção do grau de Mestre em Geografia, financiado pela FAPESP. Orientador Prof. Dr. Eliseu Savério Sposito.

<sup>2</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP - Presidente Prudente. Membro do **GasPERR** (Grupo acadêmico Produção do Espaço e Redefinições Regionais). E. mail: [serafimgomes@hotmail.com](mailto:serafimgomes@hotmail.com) ou [yahoo@mserafimgomes.com.br](mailto:yahoo@mserafimgomes.com.br)

formas de produção e de gestão de recursos humanos, surgindo assim novos programas de redimensionamento dos empregos nas empresas. Diante disso, as mudanças intensificaram as modificações no conteúdo, no significado, na natureza do trabalho e nas relações de trabalho.

Mattoso (1995, p.126) salienta que

*“nos países capitalistas avançados a emergência de um novo padrão tecnológico e produtivo em modo à ruptura do compromisso social do pós-guerra e à desestruturação da ordem econômica mundial levou à crescente desestruturação do mundo do trabalho na década de 80”.*

Nesse quadro, o sistema produtivo sofre mudanças marcadas por transformações na estrutura de produção e organização do trabalho. A flexibilidade é a palavra de ordem do dia, apresentando-se de várias formas, como flexibilização da produção, flexibilização do mercado de trabalho, da organização do trabalho e das relações de trabalho.

Tais mudanças, em face da nova ordem econômica mundial tem levado à desordem e à instabilidade, implicando insegurança no mundo do trabalho, cuja a mais visível é a expansão do desemprego.

O desemprego não atinge apenas os países não-desenvolvidos, mas também alguns desenvolvidos. Considerar o desemprego como um fenômeno mundial não significa negar suas especificidades nacionais – países capitalistas desenvolvidos avançados, países ex-socialistas e o Terceiro Mundo.

Nos países capitalistas desenvolvidos, o problema do desemprego é mais recente, manifesta-se a partir da segunda metade dos anos 70 e vem evoluindo de maneira significativa para as classes trabalhadoras. No período pós-guerra caracterizado pela acumulação fordista, esses países viveram uma situação de quase pleno emprego, marcado pelos “anos dourados”, quando se registrou um crescimento econômico satisfatório, com estabilidade monetária, altas taxas de crescimento do produto, melhor distribuição da renda. Esse tipo de organização econômica fordista atingiu os próprios limites no fim dos anos 60, quando se inicia o esgotamento do padrão de produção deste modelo desenvolvimentista. A crise começa a atingir o mundo capitalista, em virtude da queda na taxa de crescimento da produtividade, da queda da taxa lucro e da acumulação do capital.

Nos países ex-socialistas, a manifestação do fenômeno do desemprego é ainda mais recente. Nesses países, o desemprego praticamente não existiu durante o período da experiência socialista, que tinha como princípio de organização socioeconômica a garantia de trabalho para todos.

No entanto, após a queda do Muro de Berlim, no final da década de 1980, e com abertura econômica aos países capitalistas, o desemprego passou a ocorrer nesses países em transição para economia de mercado. Os programas econômicos adotados desde o final dos anos 1980 acarretou no desaparecimento e redução de vários setores de atividade produtiva, contribuindo para o surgimento do desemprego.

Podemos dizer que o desemprego é um fenômeno mundial, no entanto, temos que levar em consideração as especificidades de cada país e aos diferentes tipos de desemprego.

### **Dinâmica do Mercado de Trabalho no Brasil**

Após a Segunda Guerra Mundial (1945), observou-se no Brasil uma tendência de expansão do emprego assalariado regulamentado. Nesta época, implantou-se o modelo desenvolvimentista em que se via o crescimento econômico através da industrialização.

O Brasil passou de uma base agrário-exportadora para a estruturação e consolidação do setor industrial, promovendo transformações na estrutura sócio-econômica do país, intensificou o processo de urbanização e a constituição de metrópoles nacionais. Tais transformações na economia repercutiram no mercado de trabalho aumentando o emprego formal urbano, principalmente o ligado à atividade industrial, ao passo que as ocupações do campo perderam sua participação na estrutura geral do mercado de trabalho.

Nesse período, a estruturação do mercado de trabalho, se dava por meio da ampliação dos empregos assalariados, sobretudo dos com registro, e da redução de ocupações sem registro em carteira, por conta própria, sem remuneração e do desemprego.

Nessa direção, Pochmann (1999, p.67) ressalta que

*“entre as décadas de 40 e 70, o mercado de trabalho apresentou-se fortes sinais de estruturação no mercado de trabalho. A estruturação em torno do emprego assalariado regular e dos segmentos organizados da ocupação. Há uma presença de taxas elevadas de expansão dos*

*empregos assalariados com registro formal em segmentos organizados e a redução da participação relativa das ocupações sem registro, sem remuneração e por conta própria, e ainda o desemprego, possibilitaram a incorporação crescente de parcela da PEA ao Estatuto do Trabalho Brasileiro”.*

Esse aumento do emprego formal deve-se à consolidação do projeto de industrialização desencadeado em nível nacional, e da própria institucionalização das relações de trabalho, regidas pelo conjunto de normas legais difundidas a partir da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

Se por um lado o crescimento/dinamismo econômico impulsionou a geração de empregos, a urbanização e a mobilidade social e ocupacional, por outro lado, aprofundou a concentração de renda, subemprego, desequilíbrios regionais e dos níveis de desigualdade sociais. Sendo assim, o desenvolvimento econômico, assentado na industrialização e na formalização das relações de trabalho através da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), não foi capaz do desenvolvimento social, da redução da desigualdade e da distribuição de renda.

Em meados dos anos 70, começam a se afirmar os sinais de rompimento da base de sustentação política do modelo desenvolvimentista. E nos anos 80, a situação alterou-se profundamente levando-o a sua ruptura. A crise econômica abalou a base sócio-econômica construída nas décadas de 1950 e 1970, que tinha como eixo a industrialização e o Estado regulador da economia.

A desarticulação do padrão de desenvolvimento do Brasil acontece concomitantemente à emergência de um novo padrão tecnológico e produtivo em nível mundial, resultado de um processo de desestruturação da ordem econômica mundial e da crise que começa atingir o mundo capitalista.

A década de 80 foi marcada por altas taxas inflacionárias, baixas taxas de crescimento econômico, sendo considerada como “*década perdida*”. A estagnação da economia acompanhada das elevadas taxas de inflação e dos impactos perversos dos planos de estabilização econômica (Plano Cruzado (1986), Plano Bresser (1987), Plano de Verão (1989), Plano Collor (1990) levaram à queda no ritmo da expansão do emprego assalariado regular, à elevação das taxas de desemprego, ao crescimento de ocupações assalariadas sem registro formal e não assalariados e à precarização do mercado de trabalho. Paralelamente, ocorreu uma redução da capacidade de geração de novos empregos regulamentados ditos formais, diminuição do poder de compra dos salários e a ampliação da subutilização da força de trabalho, como afirma Pochmann (1999, p.52). Esta queda no nível de emprego formal e no poder aquisitivo do rendimento assalariado resultou-se na redução do padrão de vida das classes trabalhadoras, conseqüentemente o agravamento da pobreza.

Até a década de 80, o desemprego oscilava com a economia. Se havia crescimento econômico, o desemprego caía, e vice-versa. Já nos anos 90, a situação piorou, quando a atividade econômica crescia, não havia a recuperação dos empregos perdidos na mesma proporção.

Os primeiros anos da década de 1990, caracterizaram-se por políticas antiinflacionárias (planos de estabilização da economia), por taxas de juros elevadas, pela desestruturação e redução do papel do Estado, por políticas de abertura abrupta da economia brasileira ao exterior (abertura comercial e financeira) que passaram a ameaçar as bases estruturais da produção nacional, prejudicando e eliminando alguns setores inteiros da indústria nacional, somando-se a isso, a perda de capacidade de investimento e de geração dos empregos do Estado, pois nesta década ocorreram várias privatizações de empresas estatais. Tais políticas inviabilizaram a retomada do crescimento econômico.

Nesse sentido, essa abertura comercial e financeira jogaram a economia brasileira à competição internacional; o que levou a destruição da produção e do emprego nacional, as empresas tornaram debilitadas diante de suas concorrentes internacionais, passaram então a buscar estratégias industriais, novas forma de organização de produção e de trabalho, acelerar a terceirização de atividades, abandonar linhas de produção, fechar unidades, racionalizar a produção, importar máquinas e equipamentos, buscar parcerias, fusões e reduzir custos, principalmente de mão-de-obra. As empresas buscam se adaptar às novas exigências de competitividade para aumentar produtividade e qualidade de seus produtos junto à concorrência.

Tais transformações vão refletir no mundo do trabalho, alterando a estrutura e a dinâmica do mercado de trabalho, levando à desestruturação do mercado de trabalho, tendo como consequência a expansão do desemprego, a precarização nas condições e relações de trabalho, reduções salariais, elevação da jornada de trabalho. Além disso, temos a diminuição do emprego industrial, o aumento do setor de serviços, a redução do trabalho assalariado com registro (setor formal), o aumento dos trabalhadores sem contrato de trabalho, do trabalho temporário, por tempo parcial, precário, terceirizado<sup>3</sup>, e de “bicos”.

Diante das novas formas de organização da produção as empresas exigem um novo trabalhador mais polivalente, qualificado e “versátil”, que muitos estudiosos têm chamado de *multifuncional*. Sendo assim, não basta mais contar com o típico “operário-padrão” do fordismo. Dentro da empresa, não basta mais que o trabalhador saiba *fazer*, é preciso que ele saiba *conhecer* e principalmente *saber a aprender*. As empresas passam a promover uma constante reciclagem desse trabalhador, requalificando-o.

Nesse quadro, as empresas passaram a defender a desregulamentação e a flexibilização de mercado de trabalho, o que tem levado à precarização de relações de trabalho, isentando o empregador das responsabilidades de pagar encargos trabalhistas.

Diante dessa situação, o governo também passa a propor a intensa flexibilização da legislação que regula o trabalho de maneira a favorecer a desregulação e a redução dos custos empresários. Neste sentido, o discurso do governo e das empresas é de criar empregos a partir da redução do custo do trabalho e com a deterioração dos empregos existentes.

Além disso, seu discurso tentar romper com a tradição que identifica cidadania com o exercício de um trabalho. Nesta tradição, o emprego é um direito do cidadão e, na sua ausência cabe ao Estado assegurá-lo. Atualmente, empresas e Estado buscam se liberar dos tais encargos e fazer do desemprego uma responsabilidade individual do próprio desempregado, isto vem sendo chamada de “empregabilidade”, como afirma Mattoso (1999).<sup>4</sup>

A flexibilização das relações trabalhistas, tem sido utilizada, se considerarmos o discurso neoliberal, como mecanismo para implantar novos postos de trabalho. No entanto, sabemos que há, atualmente, uma maior rotatividade dos trabalhadores. Assim, o que se tem observado é que essa nova relação de trabalho não só não abriu novos postos de trabalho como aumentou o desemprego.

Esta flexibilização tem contribuído para fragilização do mercado de trabalho. Nesse sentido, Chaia (1995) afirma que,

*“em função da dinâmica e do desempenho da economia, cai o número de postos de trabalho, principalmente no setor da indústria, aumentando a taxa de desemprego, sendo que o processo de flexibilização e as crescentes terceirização e automação contribuem para fragilizar as condições de funcionamento do mercado de trabalho”* (p. 31).

Todas essas ações tornam difícil o acesso aos postos de trabalho, cujo número vem diminuindo constantemente em contraposição ao número de pessoas desempregadas e da população em idade ativa disponível para o trabalho.

O trabalhador vê suas opções de trabalho cada vez mais restritas e a competição torna-se acirrada. Além disso, uma série de direitos e mecanismos de proteção vem sendo desregulamentados.

No Brasil, a década de 1990 é marcada pelo fim da capacidade de produzir postos de trabalho suficientes para atender a demanda das pessoas que atingem a idade de trabalhar (PIA), somando-se a isso a diminuição dos postos de trabalho no setor industrial e na agricultura, esta pode ser chamada de “década do desemprego”. Vale ressaltar que *“na década de 90, o país gerou 3,3 milhões de desempregados ao ritmo de um desocupado a cada 1,1 minuto”*, como afirma Porchmann (1999).

A tabela abaixo, mostra a evolução do desemprego no Brasil no período de 1989-1999. Os dados revelam uma tendência de aumento do desemprego nesses últimos anos.

---

<sup>3</sup> Antunes (1999: 209) ressalta que, em decorrência dessas diversas formas de trabalho, efetivou-se uma significativa subproletarização do trabalho.

<sup>4</sup> Empregabilidade: “passou a ser expressão da responsabilização do indivíduo por seu emprego e desemprego. Trata-se de uma clara tentativa de transferir riscos e responsabilidades aos mais fracos, fazendo o trabalhador assumir a sua empregabilidade, por meio de formação profissional, requalificação etc. Estado e empresas até podem destinar alguns recursos para tais cursos importantes, mas absolutamente incapazes de gerar mais postos de trabalho”. Sendo assim, pode-se dizer “salve-se quem puder”. (Mattoso, 1999, p.19)

**TABELA 1**  
**Brasil: taxas de desemprego -1989-1999**

Tipo de desemprego	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Aberto Brasil	3,4	4,3	4,8	5,8	5,3	5,1	4,6	5,4	5,7	7,6	7,8
Total (SP)	8,7	10,3	11,7	15,2	14,6	14,2	13,2	15,1	16	18,3	19,5
Aberto (SP)	6,5	7,4	7,9	9,2	8,6	8,9	9	10	10,3	11,7	12,3
Oculto (SP)	2,2	2,9	3,8	6	6	5,3	4,2	5,1	5,7	6,6	7,2
pelo trabalho precário	1,5	2	2,9	4,6	4,7	4	3,3	3,8	4,2	4,6	4,9
pelo desalento	0,7	0,9	0,9	1,4	1,3	0,9	1,3	1,3	1,5	1,9	2,2

Fonte: PED/SEADE-DIEESE;PME/IBGE

(1) Total das regiões metropolitanas; 1999= média janeiro-maio

(2) Região metropolitana de São Paulo;1999 =média janeiro-junho

Mattoso,1999,p.12

No Brasil, a abertura econômica e o baixo crescimento produziram elevadas taxas de desemprego e alteração na estrutura e na dinâmica do mercado de trabalho nos anos 90. Nos anos 80, a população temia a inflação, já nos anos 90, o medo da inflação foi substituído pelo do desemprego.

### O Espaço Estudado

Na cidade de Presidente Prudente, o setor industrial não tão expressivo, as empresas não possuem tecnologias expressivas, conforme os dados empíricos. Há uma predominância do setor de serviços, seguido do setor comercial. A cidade possui uma influência regional, pois reúne vários serviços especializados (universidades, shoppings, cursos técnicos, entre outros), o que levam muitas pessoas das cidades pequenas a se deslocarem para Presidente Prudente para trabalhar, estudar, fazer compras e procurar de serviços mais especializados.

Analisando, a evolução do emprego em Presidente Prudente no período de 1980 a 1996, observou-se mudanças na estrutura do emprego. Até 1985 verificou-se uma maior participação dos empregos no setor de comércio seguido da indústria, a partir dos anos 90 houve alterações ocorrendo uma predominância do pessoal ocupado no setor de serviços, seguido do setor comercial e uma redução do pessoal ocupado no setor industrial (tabela 2). Esta tendência vai perdurar por toda a década de 90.

**Tabela 2**  
**Presidente Prudente: Estrutura de empregos urbanos -1980-1996**

Atividades	Números de Empregos									
	1980	%	1985	%	1990	%	1993	%	1996	%
Comércio	6264	43,59	9065	49,67	10110	30,02	10029	32,28	10963	28,92
Serviços	3439	23,93	3830	20,98	16554	49,15	15056	48,45	20479	54,02
Indústria	4666	32,47	5352	29,33	7011	20,81	5989	19,27	6461	17,04
Total	14369	100	18247	100	33675	100	31074	100	37903	100

Fonte: IBGE, Censos Industrial, 1980;

Fundação SEADE (1993) apud Dundes, 1998

Fundação SEADE, Perfil Municipal (1980 –1991), 1993, vol. 8.

Prefeitura Municipal, 1996

Numa escala local, também vem acontecendo as mudanças estruturais, que provocam o desemprego. Observa-se o fechamento de muitas empresas, dentre elas frigoríficos, indústria de processamento de alimentos, de capital externo (Bordon e CICA, respectivamente) no início da década de 90, contribuindo para o desemprego. Sendo assim, percebe-se que a participação das indústrias na absorção da população economicamente ativa vem reduzindo significativamente nos últimos anos, sobretudo a partir da década de 90, havendo uma diminuição dos postos de trabalho.

Os dados da tabela 3, revelam que no período de 1997–1998, houveram mais demissões do que admissões em todos setores de atividade econômica.

**Tabela 3**

**Presidente Prudente: número de admitidos e desligados por setor de atividade econômica- 01/1997 a 10/1998**

Gênero	Estoque recup. do período	Totais de admitidos	Total de desligados	Estoque recup. Final do Período	Varição Emprego Absoluta
Indústria	6105	3875	4110	5873	-235
Construção civil	4310	4450	5134	3781	-684
Comércio	10261	8569	9266	9659	-697
Serviços	16865	9514	9687	16844	-173
Agropecuária	341	124	163	305	-39
Outr/ign	427	182	370	249	-188
Total	38309	26714	28730	36711	-2016

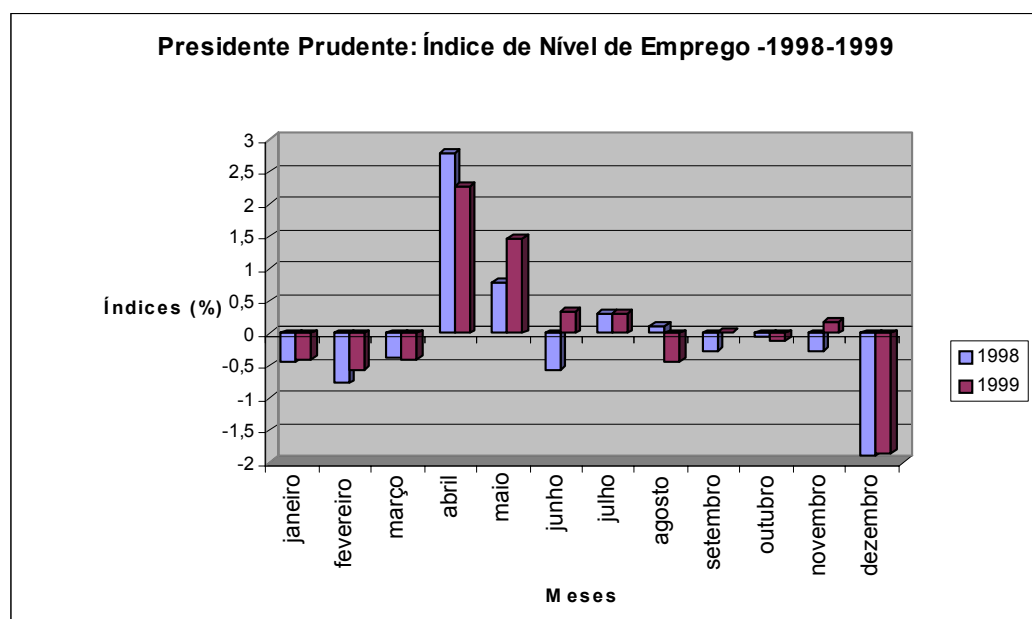
Fonte: CAGED/Módulo I, 1998

Org. Maria Terezinha Serafim Gomes

Os dados da tabela acima, comprovam que nesse período muitas pessoas perderam seus empregos, já que houve uma diminuição na oferta de emprego.

Com relação ao período 1998-1999, observa-se que os percentuais dos níveis de emprego em Presidente Prudente não são nada animadores, apenas os meses de abril e maio que tiveram saldo positivo acima 1% (gráfico 1). Verifica-se que há uma tendência de redução do emprego na cidade, sendo assim, há uma expansão do desemprego.

**Gráfico1**



Fonte: FIESP/CIESP - Pesquisa "Mão-de-obra Industrial" no Estado de São Paulo, 1999

Org. Maria Terezinha Serafim Gomes, 2000

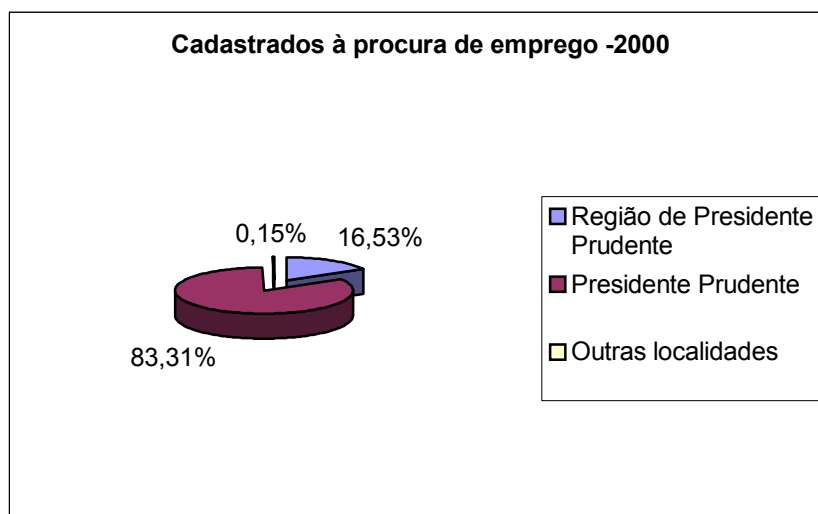
No âmbito regional, também houve redução no emprego. De acordo com a pesquisa “Mão de Obra Industrial”, realizada pela FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) em 1999, houve uma redução no número de postos de trabalho ocupados na região de Presidente Prudente. Segundo esta pesquisa, a região de Presidente Prudente ocupa apenas 63,25% do total de postos de trabalho de que dispunha em 1990. Os setores mais atingidos foram de couro, peles e similares (que ocupam somente 44,23% vagas disponíveis há nove anos), refino de petróleo e destilarias de álcool (50,29%), produtos minerais não-metálicos (52,95%), mecânico (52,36%), metalúrgicas (64,47%), produtos alimentares (65,22%), mobiliário (74,69%) e editorial e gráfico (89,4%). Os melhores resultados do período são de bebidas (que ocupam 78,96% a mais de postos de trabalho do que em 1990 e madeireiro (com crescimento de 27,4%).

Nesse contexto, observou-se que em Presidente Prudente que houve uma diminuição da força de trabalho no setor industrial e um aumento no setor de serviços. Deste modo, isto implica necessariamente em alterações na estrutura e na dinâmica do mercado de trabalho local, resultando em desemprego e subemprego.

A falta de emprego na cidade de Presidente Prudente e região tem levado muitas pessoas a procurar à Secretaria de Emprego e Relações de Trabalho em busca de trabalho. Em junho de 2000, o número de cadastrados era de 22905 pessoas.

Na pesquisa, procurou-se traçar o perfil dos cadastrados à procura de emprego da SERT (período compreendendo abril de 1997 a junho de 2000). Para isto, selecionamos as seguintes variáveis: sexo, estado civil, escolaridade, origem e tempo de desemprego. Quanto à procedência, 83,31% dos cadastrados são de Presidente Prudente e 16,53% são da região, especialmente de Álvares Machado, Regente Feijó e Pirapozinho (gráfico 2); quanto ao grau de escolaridade, 37,98% possuem 1ºGrau incompleto; quanto a idade 36,44% possuem entre 22 a 31 anos; quanto a sexo, 53,88% são masculino e quanto ao estado civil, 48,39% são solteiros. No que se refere ao tempo de desemprego, verificou-se que o maior número de pessoas desempregadas estão com até seis meses de desemprego (31,85%).

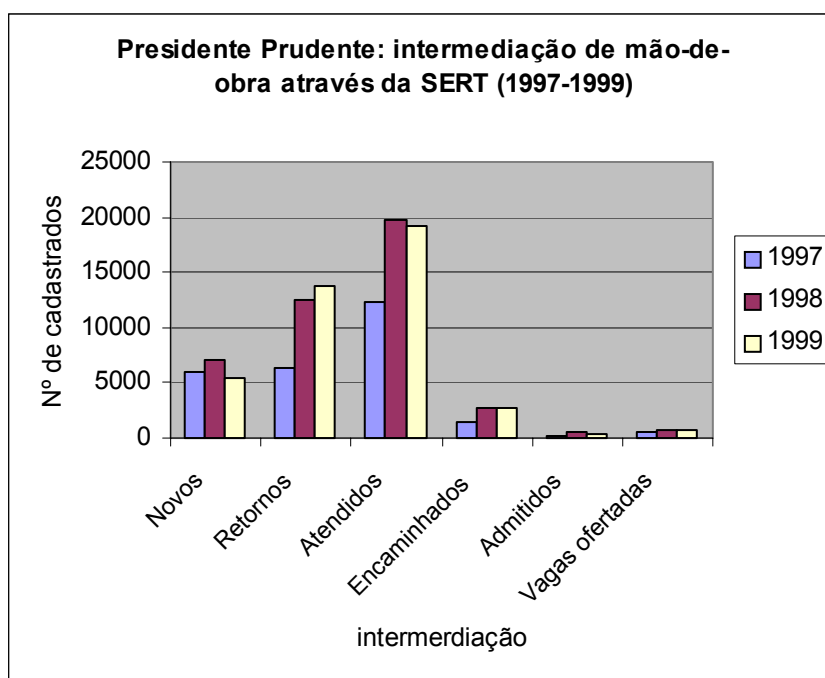
Gráfico 2



Fonte: SERT, 2000  
Org. Maria Terezinha Serafim Gomes

Com relação ao atendimento do sistema de intermediação de mão de obra, observou-se que no período de abril de 1997 a junho de 2000, houve um grande número de pessoas atendidas pela SERT. Entretanto, o número de pessoas admitidas pelas empresas cadastradas na Secretaria foram poucos, em contraposição ao número de cadastrados encaminhados às vagas e ao número de vagas oferecidas pelas empresas. (ver gráfico 3)

Gráfico 3



Fonte: Secretaria de Emprego e Relações de Trabalho, 2000  
Org. Maria Terezinha Serafim Gomes

Pode-se dizer que, o número pequeno de pessoas admitidas pelas empresas através da SERT deve-se por um lado, ao baixo nível de qualificação dos cadastrados à procura de emprego, por isso não atendem as exigências das empresas. As empresas estão exigindo cada vez mais qualificação e realizando políticas de treinamento, qualificação/requalificação de recursos humanos, isto ficou claro nos resultados parciais que obtivemos através do questionário enviados às empresas industriais de Presidente Prudente. Por outro lado, é que no Brasil não há uma cultura ou tradição das empresas contratarem seus empregados através do sistema de intermediação de mão-de-obra (agências públicas de emprego), como em muitos países desenvolvidos.

Apresentaremos aqui alguns resultados parciais, das características das empresas industriais pesquisadas até o momento. Verificou-se que a maioria das empresas são de pequeno porte; a contratação de seus empregados é realizada na própria empresa; a maioria declarou possuir empregados assalariados com registro, ou seja, de acordo com as normas legais da CLT.

Com relação à procedência da mão-de-obra, percebemos que quase todas as empresas possuem mão-de-obra de cidades vizinhas a Presidente Prudente, como Álvares Machado, Regente Feijó, Pirapozinho, Martinópolis e Santo Anastácio. Isso é bem visível na região de Presidente Prudente, em que as pessoas se deslocam das cidades pequenas para cidades maiores em busca de novas/outras oportunidades de trabalho. Assim, a falta de emprego ou ocupações tem levado as pessoas a se deslocarem de um lugar para outro em busca de trabalho. Desta forma, podemos compreender o papel do desemprego na mobilidade da força-de-trabalho.

No que diz respeito às políticas de treinamento e qualificação/requalificação de mão-de-obra, verificou-se que as empresas estão realizando cursos interno e externo, palestras para qualificar seus empregados etc. Além disso, estão exigindo grau de escolaridade, a grande maioria exige o ensino médio (antigo Segundo Grau).

Em suma, os resultados parciais obtidos através dos questionários enviados às empresas, apontam que diante das mudanças na organização do processo produtivo e do trabalho, as empresas buscam a terceirização de algumas de suas atividades ou funções como contabilidade, assistência técnica, serviços de apoio, fabricação, e também privilegia desenvolvimento de múltiplas funções por parte de seus empregados. Neste sentido, a terceirização e a funcionalidade parecem ser uma tendência nas empresas neste final de século.

#### **BIBLIOGRAFIA**

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.



ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1999.

BALTAR, P. E. A. Estagnação da economia, abertura e crise do emprego urbano no Brasil. *Economia e Sociedade*. Campinas: IE/UNICAMP, 1996.

CHAIÁ, Miguel. O trabalho entre a política e o conceito. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo: SEADE, v.9, n.3, p.127-134, 1995.

DUNDES, Ana Cláudia. *O processo de (des)industrialização e o discurso desenvolvimentista em Presidente Prudente-SP*. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1998. (dissertação de mestrado).

MATTOSO, Jorge Eduardo Levi. *A desordem do trabalho*. São Paulo: Scritta, 1996.

POCHMANN, Marcio. *O trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Contexto, 1999.

SINGER, Paul. *Globalização e Desemprego: Diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 1998.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.

BENKO, Georges. *Economia, espaço, globalização na aurora do século XXI*. São Paulo: Hucitec, 1996.

CACCIAMALI, Maria Cristina. O ajustamento do mercado de trabalho brasileiro na década de 80. In: LAVINAS, Lena et al (orgs). *Reestruturação do Espaço Urbano e Regional no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1993, p. 171-185.

FIBGE. *Censo Industrial*. Rio de Janeiro: IBGE, 1970 e 1970.

FIBGE. *Censos econômicos*. Rio de Janeiro: IBGE, 1960, 1970, 1980 e 1985.

FIESP/CIESP. *Pesquisa Mão-de Obra Industrial*. São Paulo, 1999.

FIESP/CIESP. *Reformulação do Modelo de Formação Profissional. Referenciais do Mercado de Trabalho*. São Paulo: FIESP/CIESP/SESI/SENAI/IRS, fev. 1997.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Na Rússia, 10 milhões estão sem emprego*. São Paulo, 1º de junho de 1999, Dinheiro, p.2-2

FOLHA DE SÃO PAULO. *O colapso do trabalho*. São Paulo, 1º de maio de 1998, *Especial*, p.1-12.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Chile registra a maior taxa de desemprego dos dois últimos anos*. São Paulo, 1º de junho de 1999, Dinheiro, p.2-2.

FREITAS, Olga Lúcia Castreghini de. Capital e força de trabalho no setor secundário em Presidente Prudente. *Caderno Prudentino de Geografia*. Presidente Prudente: AGB, n.8, p. 15-32, 1986.

FUNDAÇÃO SEADE. *Perfil Municipal*. São Paulo: SEADE, 1990.

FUNDAÇÃO SEADE. *Regiões Administrativas de Araçatuba e Presidente Prudente. Perfil Municipal-1980-91*. São Paulo: SEADE, v..8, 1993.

FUNDAÇÃO SEADE. *A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)*. v.1, n.2, São Paulo: SEADE, 1988. (Coleção Economia Política)

GASPERR. *Conjuntura Prudente 1993*. Presidente Prudente: GASPERR/FCT/UNESP, 1993.

GASPERR. *Conjuntura Prudente 1997*. Presidente Prudente: GASPERR/FCT/UNESP, 1997.

JORNAL O IMPARCIAL, Terça-feira, 4 de maio de 1999, B 6 Cidades.

LIBÓRIO, Marília Gomes Campos. *Situação atual do mercado de trabalho em Presidente Prudente: desequilíbrio entre a formação da mão de obra*. São Paulo: Escola Pós-Graduação de Ciências Sociais da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1976. (dissertação de mestrado)

MONTAGNER, Paula e BRANDÃO, Sandra Márcia Chagas. Mercado de Trabalho e Migração no Grande São Paulo. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo: SEADE, v.10, n.2, p.42-52. 1996.

REVISTA VEJA. Trabalho, Tempos modernos. 5 de abril de 2000, p.122-155.

SABOIA, João. Tendências do mercado de trabalho metropolitano: des(assalariamento) da mão-de-obra e precarização das relações de trabalho. In: RIBEIRO, L.C. Q. e SANTOS JÚNIOR, O. A. *Globalização Fragmentação e Reforma Urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994, p. 93-119.

SALERNO, Mario Sérgio. Reestruturação Industrial e Novos Padrões de Produção. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo: SEADE, v.6, n.3, p.100-108, 1992.

SANTOS, Milton, et al. *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SINGER, Paul. *Globalização e Desemprego: Diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 1998,

SPOSITO, Eliseu Savério. *Migração e permanência das pessoas nas cidades pequenas: os casos de Pirapozinho e Álvares Machado na Alta Sorocabana*. São Paulo, 1982 (dissertação de mestrado).

TROYANO, Annez Andraus. Flexibilidade do Emprego Assalariado. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo: SEADE, v.5, n.2, p. 84 -95, 1991.